

Novo aperto sobre os estados

Governo deve exigir mais redução de gastos para cumprir metas que estão sendo acertadas com FMI

Eliane Oliveira e Marcone Gonçalves

BRASÍLIA

Os estados terão que fazer mais sacrifícios para que o Brasil consiga cumprir a nova meta de superávit primário (que exclui os gastos com juros) entre 3% e 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto), que está sendo acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Governo federal terá que controlar os gastos dos estados na boca do caixa. Para tanto, recorrerá a novos cortes nas transferências voluntárias previstas no item Outros Custos de Capital (OCC) do Orçamento da União, reduzindo os repasses de recursos a estados e municípios para projetos nas áreas de habitação, saneamento, saúde e educação.

Técnicos da área econômica explicaram que a margem para novos cortes no Orçamento é pequena e praticamente se restringe ao item OCC, em que se enquadram transferências voluntárias e verbas para custeio e manutenção da máquina. O Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, não poderia ter seu valor alterado, porque é constitucional. O repasse só pode ser bloqueado caso o acordo de renegociação das dívidas estaduais não seja cumprido.

Será difícil convencer estados a fazerem o esforço fiscal

De janeiro a outubro de 1998, os estados tiveram déficit primário de R\$ 3,6 bilhões, sem considerar as empresas estatais, que registraram saldo negativo de R\$ 621 milhões. O problema é que, ante o confronto político com os governadores da oposição e o pedido generalizado de nova renegociação, deverá ser difícil para o Governo convencer os governos estaduais a participarem desse esforço fiscal.

Durante o dia de ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, o secretário-executivo do Ministério do Orçamento, Martus Tavares, e o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, estiveram reunidos com a missão técnica do FMI, chefiada pela economista Teresa Ter-Minassian. O teor das discussões não foi revelado, mas Amaury Bier disse, momentos antes da reunião, que a necessidade de os estados apresentarem resultados positivos em suas contas seria um dos temas do encontro.

— Estamos discutindo com o FMI que é preciso manter o resultado superavitário primário dos estados. A questão dos estados será discutida e aprofundada ao longo desta semana — disse o secretário de Política Econômica.

Uma das possibilidades de forçar os estados a darem maior contribuição ao ajuste foi levantada pelo representante do Brasil no FMI, Murilo Portugal, que chegou a cogitar que o controle fosse feito limitando a liberação de financiamentos. Altamir Lopes, no entanto, lembrou a margem para esse controle



TERESA TER-MINASSIAN, do FMI, à esquerda, comanda a reunião, em Brasília, com representantes do Governo: à esquerda, Murilo Portugal, Martus Tavares e Amaury Bier

praticamente não existe e que o Governo já usa esse instrumento.

— Esse conceito não pode ser aplicado estado por estado e o que se faz é estabelecer um limite global, o que já está determinado pelo Banco Central. A questão dos estados não traz nenhuma dificuldade na elaboração do acordo com o Fundo — disse Altamir.

No acordo acertado no fim do ano passado com o FMI, dos 2,6% do PIB que o Governo se comprometeu a alcançar 0,4% teria que vir dos estados, 1,8% da União e 0,4% das estatais. Aumentar esse percentual, no entanto, será bastante difícil e a alternativa seria fazer contenção maior na liberação de dinheiro para os estados, o que os economistas chamam de controle acima da linha, segundo avaliaram técnicos do Ministério do Orçamento.

As transferências voluntárias somam, no Orçamento, cerca de R\$ 30 bilhões e incluem atividades que dificilmente serão atingidas pelo corte de repasses, como Sistema Único de Saúde (SUS), merenda escolar, campanhas de vacinação e obras com cronogramas de execução

— estas até poderiam ser adiadas. O mais provável, segundo os técnicos, é que o Governo se concentre na transferência de recursos para projetos não classificados como atividades, que totalizam R\$ 5 bilhões. São exemplos a construção e a informatização de escolas, a recuperação de hospitais e obras de saneamento e construção e recuperação de estradas. Estão nessa categoria programas do Brasil em Ação.

Estatais também terão de apresentar resultados positivos

Esses cortes independentemente da aprovação do Congresso Nacional e são medidas de efeito imediato. Uma fonte explicou que o Governo só precisa de autorização do Legislativo para gastar mais, e não para cortar despesas de OCC, que abrangem transferências e manutenção da máquina governamental — onde também deverão ocorrer novos cortes.

As estatais também deverão ser obrigadas a apresentar resultados positivos, como compromisso de desempenho, e sofrer novos cortes de investimentos. Para uma fonte, isso seria uma

faca de dois gumes, pois a Petrobrás, por exemplo, necessita de verbas para investir em suas atividades para garantir competitividade no mercado.

No primeiro acordo com o FMI, o Governo também cortou recursos de OCC, que foram reduzidos de R\$ 43 bilhões para R\$ 35,5 bilhões. A participação dos estados e municípios no cumprimento da meta de superávit primário anterior, de 0,4% do PIB, foi garantida no acordo de rolagem das dívidas, firmado com os governos estaduais.

Sem entrar em detalhes sobre as negociações com o FMI, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que os novos percentuais de contribuição para superávit de 3% a 3,5% estão prestes a serem fechados.

Se o Governo federal decidir apelar aos estados para que participem do novo esforço fiscal, terá que oferecer compensações. Segundo o líder do Governo no Congresso, deputado Arnaldo Madeira, os governos estaduais poderiam ser beneficiados com o reconhecimento dos créditos que afirmam ter no INSS, a antecipação de recursos para a privatização de empresas públicas e vantagens para cobrir os prejuízos decorrentes da Lei Kandir, que tirou o ICMS das exportações de produtos básicos e semimanufaturados, gerando protestos por parte de alguns governadores.

— Qualquer esforço que o estado fizer para sanear suas contas será bem visto pelo Governo — disse o presidente do BNDES, Pio Borges.

Ele explicou que o maior número de privatizações este ano será na área de saneamento. Isso porque grande parte das empresas do setor elétrico foi privatizada. Quanto à Lei Kandir, o presidente BNDES acredita que deverá ser mantida, pois o aumento das exportações é prioritário para o Governo.

Já Pedro Parente assegurou que o custo dos próximos desembolsos do FMI não ficarão mais caros para o Governo como por causa da revisão. Ou seja, os juros previstos no empréstimo com o Fundo serão mantidos. As empresas do Governo também terão de aumentar sua contribuição no novo ajuste fiscal que está sendo acertado pela equipe econômica com o FMI. ■